



PARECER PRÉVIO Nº 58/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11824/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Fonte Boa.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Gilberto Ferreira Lisboa (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar – OAB/AM 5933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1039/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator que aderiu em sessão, ao voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Fonte Boa, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Sr. **Gilberto Ferreira Lisboa**, Prefeito Municipal de Fonte Boa e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.



PARECER PRÉVIO Nº 58/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 23 de Agosto de 2022.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 58/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 58/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11824/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Fonte Boa.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Gilberto Ferreira Lisboa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar – OAB/AM 5933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1039/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2019.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator que aderiu em sessão, ao voto-vista, da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, onde passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

10.1.1. Descumprimento do prazo de envio de remessas ao sistema E-Contas(GEFIS) referente ao 1º, 2º, 3º e 6º bimestres de 2019 do RREO, em desacordo ao prazo de 45 (quarenta e cinco) dias estabelecido na Resolução 15/13 alterada pela Resolução nº 24/13; art. 4º, inciso III, c/c inciso II, “b” do art. 308 da Resolução TCE nº 04/2002, conforme tabela de prazos do Sistema E-Contas – GEFIS;

10.1.2. Descumprimento do prazo de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente ao 1º e 2º semestres de 2019 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo



ACÓRDÃO Nº 58/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 58/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

de 60 (sessenta) dias estabelecido no art. 32, II, “h” na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13;

10.1.3. Descumprimento do prazo de publicação, referente ao 1º e 2º semestres de 2019 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 30 (trinta) dias estabelecido no art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

10.2. Determinar o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Fonte Boa, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 25 apresentados pela DICOP; e de 26 a 51 apresentados pela DICAMI, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 52 a 54 que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do Relatório/Voto.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Fonte Boa e à Prefeitura Municipal.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Agosto de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº 58/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 58/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição